

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	IX
<i>Nota do Autor</i>	XI
<i>Prefácio</i>	XIII
1. Introdução	1
1.1. Da concepção do Direito Penal.....	1
1.2. Da função ético-social do Direito Penal	1
1.3. Objeto do Direito Penal	4
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito.....	4
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Di- reito.....	4
1.4.2. Princípios penais limitadores decorrentes da dignida- de humana	10
1.5. Os limites do controle material do tipo incriminador.....	26
1.6. Da Parte Geral do Código Penal: finalidade.....	27
2. Fontes do Direito Penal.....	28
2.1. Fonte formal imediata.....	29
2.2. Fontes formais mediatas	31
3. Interpretação da lei penal.....	33
4. Analogia.....	34
5. Princípio da legalidade.....	37
6. Irretroatividade da lei penal	46
7. Leis de vigência temporária.....	62
8. Tempo do crime e conflito aparente de normas	67
9. Territorialidade da lei penal brasileira	79
10. Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....	90
11. Eficácia de sentença estrangeira	99
12. Do lugar do crime	101
	XV

13. Contagem do prazo	110
14. Teoria do crime	113
15. Fato típico	115
15.1. Conduta.....	115
15.1.1. Da conduta omissiva.....	141
15.1.2. Sujeitos da conduta típica.....	146
15.1.3. Objeto jurídico e objeto material.....	155
15.2. Resultado	156
15.3. Nexo causal	157
15.4. Tipicidade	188
16. O tipo penal nos crimes dolosos	202
17. O tipo penal nos crimes culposos.....	209
18. Crime preterdoloso.....	218
19. Erro de tipo	222
20. Crime consumado	242
21. Tentativa (<i>conatus</i>)	245
22. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	250
23. Arrependimento posterior	253
24. Crime impossível	258
25. Classificação dos crimes	265
26. Ilícitude	272
27. Estado de necessidade.....	277
28. Legítima defesa	284
29. Estrito cumprimento do dever legal	294
30. Exercício regular de direito.....	296
31. Culpabilidade	302
31.1. Imputabilidade	310
31.2. Potencial consciência da ilicitude	326
31.3. Exigibilidade de conduta diversa	331
32. Concurso de pessoas	338
33. Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias.....	358
34. Da sanção penal	363
35. Das penas privativas de liberdade	365

36. Das penas restritivas de direitos.....	405
37. Da pena de multa	436
38. Das medidas de segurança	444
39. Da aplicação da pena	451
40. Da reincidência	478
41. Suspensão condicional da pena.....	485
42. Livramento condicional	500
43. Efeitos da condenação.....	511
44. Reabilitação.....	518
45. Concurso de crimes.....	521
45.1. Concurso material ou real	522
45.2. Concurso formal ou ideal.....	523
45.3. Crime continuado.....	526
46. Limites de penas	537
47. Ação penal.....	540
48. Causas de extinção da punibilidade	564
48.1. Morte do agente (inciso I).....	565
48.2. Anistia, graça e indulto (inciso II)	567
48.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso — <i>abolitio criminis</i>	573
48.4. Renúncia ao direito de queixa.....	573
48.5. Perdão do ofendido	575
48.6. Perempção.....	576
48.7. Retratação do agente.....	579
48.8. Casamento do agente com a vítima e casamento da víti- ma com terceiro	579
48.9. Perdão judicial	580
48.10. Decadência.....	588
48.11. Prescrição.....	590
48.11.1. Prescrição da pretensão punitiva (PPP).....	593
48.11.2. Prescrição da pretensão executória (PPE).....	608
48.12. Prescrição na legislação especial	613
<i>Bibliografia</i>	617

ÍNDICE

Sobre o autor	5
Abreviaturas	7
Nota do autor	9

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Art. 121 – Homicídio	22
Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	121
Art. 123 – Infanticídio	134
Arts. 124 a 128 – Aborto.....	144

Capítulo II – DAS LESÕES CORPORAIS

Art. 129 – Lesão corporal	167
---------------------------------	-----

Capítulo III – DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Art. 130 – Perigo de contágio venéreo	207
Art. 131 – Perigo de contágio de moléstia grave	214
Art. 132 – Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	219
Art. 133 – Abandono de incapaz	228
Art. 134 – Exposição ou abandono de recém-nascido	235
Art. 135 – Omissão de socorro	241
Art. 135-A – Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	253
Art. 136 – Maus-tratos	255

Capítulo IV – DA RIXA

Art. 137 – Rixa	263
-----------------------	-----

Capítulo V – DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Art. 138 – Calúnia	279
Art. 139 – Difamação	297

Art. 140 – Injúria	304
Arts. 141 a 145 – Das disposições comuns aos crimes contra a honra ...	316

Capítulo VI – DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Seção I – Dos crimes contra a liberdade pessoal

Art. 146 – Constrangimento ilegal	339
Art. 147 – Ameaça	353
Art. 148 – Sequestro e cárcere privado	360
Art. 149 – Redução a condição análoga à de escravo	370

Seção II – Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio

Art. 150 – Violação de domicílio	376
--	-----

Seção III – Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência

Art. 151, <i>caput</i> – Violação de correspondência	394
Art. 151, § 1º, I – Sonegação ou destruição de correspondência	399
Art. 151, § 1º, II, III e IV – Violação de comunicação telegráfica, radio-elétrica ou telefônica	402
Art. 151, § 2º – Causa de aumento de pena	409
Art. 151, § 3º – Qualificadora	409
Art. 151, § 4º – Ação penal	410
Art. 152 – Correspondência comercial	410

Seção IV – Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos

Art. 153 – Divulgação de segredo	413
Art. 154 – Violação do segredo profissional	417
Arts. 154-A e 154-B – Invasão de dispositivo informático.....	422

Título II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I – DO FURTO

Art. 155 – Furto	428
Art. 156 – Furto de coisa comum	461

Capítulo II – DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Art. 157 – Roubo	463
Art. 158 – Extorsão	491
Art. 159 – Extorsão mediante sequestro	502
Art. 160 – Extorsão indireta	511

Capítulo III – DA USURPAÇÃO

Art. 161, <i>caput</i> – Alteração de limites	515
---	-----

Art. 161, § 1º, I – Usurpação de águas	518
Art. 161, § 1º, II – Esbulho possessório	520
Art. 162 – Supressão ou alteração de marcas em animais	523

Capítulo IV – DO DANO

Art. 163 – Dano	526
Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	534
Art. 165 – Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou his- tórico	536
Art. 166 – Alteração de local especialmente protegido	536

Capítulo V – DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Art. 168 – Apropriação indébita	537
Art. 168-A – Apropriação indébita previdenciária	549
Art. 169, <i>caput</i> – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	561
Art. 169, parágrafo único, I – Apropriação de tesouro	564
Art. 169, parágrafo único, II – Apropriação de coisa achada	566

Capítulo VI – DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Art. 171 – Estelionato	570
Art. 172 – Fatura, duplicata ou nota de venda simulada	596
Art. 173 – Abuso de incapazes	600
Art. 174 – Induzimento à especulação	604
Art. 175 – Fraude no comércio	606
Art. 176 – Outras fraudes	610
Art. 177 – Fraudes e abusos na fundação ou administração de socie- dades por ações	613
Art. 178 – Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	620
Art. 179 – Fraude à execução	622

Capítulo VII – DA RECEPÇÃO

Art. 180 – Recepção	625
---------------------------	-----

Capítulo VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Arts. 181 a 183 – Imunidades	636
------------------------------------	-----

Título III

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 184 –	Violação de direito autoral	644
Art. 185 –	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	652

Título IV

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Art. 197 –	Atentado contra a liberdade de trabalho	653
Art. 198 –	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	655
Art. 199 –	Atentado contra a liberdade de associação	657
Art. 200 –	Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	658
Art. 201 –	Paralisação de trabalho de interesse coletivo	660
Art. 202 –	Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	662
Art. 203 –	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	664
Art. 204 –	Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	668
Art. 205 –	Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	669
Art. 206 –	Aliciamento para o fim de emigração	671
Art. 207 –	Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	673

Título V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Art. 208 –	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	676
------------	--	-----

Capítulo II – DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	681
Art. 210 – Violação de sepultura	684
Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	687
Art. 212 – Vilipêndio a cadáver	690
Bibliografia	693

FERNANDO CAPEZ

Procurador de Justiça licenciado e Deputado Estadual. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE DIREITO PENAL

*legislação penal
especial*

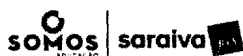
4

- Abuso de autoridade • Crime organizado • Crimes ambientais
 - Crimes de trânsito • Crimes hediondos • Drogas
 - Estatuto do Desarmamento • Interceptação telefônica
 - Juizados Especiais Criminais • Lavagem de dinheiro
- Sonegação fiscal • Terrorismo • Tortura • Tráfico de pessoas

13ª edição
2018

saraiva 

ISBN 978-85-472-2380-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi
 Sergio Lopes de Carvalho

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Juliana Bojczuk Fermino
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Fernando Penteado
 Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Carolina Bastos
 Elaine Cristina da Silva

Capa Guilherme P. Pinto

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento RR Donnelley

Capez, Fernando

Curso de direito penal, volume 4, legislação penal especial / Fernando Capez. — 13. ed. — São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito penal I. Título.

17-1462

CDU 343

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 22-11-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604589 CAE 623535

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7

ABUSO DE AUTORIDADE

LEI N. 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

1. Introdução	51
1.1. Breves noções sobre os direitos e garantias fundamentais	51
1.2. Lei de Abuso de Autoridade.....	55
2. Direito de representação	55
2.1. Direito assegurado constitucionalmente	55
2.2. Formas de exercício do direito de representação.....	56
2.3. Requisitos do direito de representação	56
2.4. Representação formulada perante o Ministério Público: condição objetiva de procedibilidade?	57
3. Apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal	57
4. Responsabilidade penal	58
4.1. Sujeito ativo	58
4.2. Sujeito passivo.....	58
4.3. Elemento subjetivo	59
4.4. Tentativa	59
5. Crimes de abuso de autoridade (art. 3º).....	59
5.1. Delitos de atentado previstos no art. 3º. Ofensa ao princípio da legalidade.....	59
5.2. Ações configuradoras do abuso de autoridade (art. 3º).....	60
5.2.1. Atentado à liberdade de locomoção (alínea <i>a</i>)	60
5.2.2. Atentado à inviolabilidade do domicílio (alínea <i>b</i>)	61
5.2.3. Atentado ao sigilo da correspondência (alínea <i>c</i>)	63
5.2.4. Atentado à liberdade de consciência e de crença (alínea <i>d</i>) e ao livre exercício do culto religioso (alínea <i>e</i>)	67

5.2.5. Atentado à liberdade de associação e ao direito de reunião (alíneas <i>f</i> e <i>h</i>).....	67
5.2.6. Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto (alínea <i>g</i>).....	68
5.2.7. Atentado à incolumidade física do indivíduo (alínea <i>i</i>). 69	
5.2.7.1. Atentado à incolumidade física do indivíduo (alínea <i>i</i>) e Lei de Tortura.....	71
5.2.8. Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional (alínea <i>j</i>).....	72
6. Crimes de abuso de autoridade (art. 4º).....	72
6.1. Ações configuradoras do abuso de autoridade.....	72
6.1.1. Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder (alínea <i>a</i>).....	72
6.1.2. Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei (alínea <i>b</i>) 77	
6.1.2.1. A questão da legitimidade do uso de algemas... 78	
6.1.3. Deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa (alínea <i>c</i>) ... 83	
6.1.4. Deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada (alínea <i>d</i>).... 84	
6.1.5. Levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei (alínea <i>e</i>) 85	
6.1.6. Cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio na lei, quer quanto à espécie, quer quanto ao seu valor (alínea <i>f</i>)..... 85	
6.1.7. Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa (alínea <i>g</i>) 86	
6.1.8. O ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal (alínea <i>h</i>).. 86	
6.1.9. Prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade (alínea <i>i</i>)..... 86	

6.2. A questão da revogação do art. 350 do CP	87
7. Autoridade	89
7.1. Conceito	89
7.2. Abuso de autoridade praticado fora do exercício da função pública.....	89
7.3. Concurso de pessoas	90
8. Obediência hierárquica. Causa excludente da culpabilidade.....	90
9. Estrito cumprimento do dever legal.....	91
10. Sanções legais	91
10.1. Sanção administrativa.....	91
10.2. Sanção civil	94
10.3. Sanção penal.....	94
11. Procedimento.....	96
11.1. Administrativo.....	96
11.2. Civil.....	96
11.3. Penal.....	97
11.3.1. Procedimento da Lei de Abuso de Autoridade.....	97
12. Competência	98
12.1. Crime de abuso de autoridade praticado por servidor federal	98
12.2. Crime de abuso de autoridade praticado por policial militar	99
12.3. Concurso entre os crimes de abuso de autoridade e homicídio. Competência.....	100
12.4. Concurso entre crimes da jurisdição comum e militar. Competência	101
13. Prescrição	101

CRIMES AMBIENTAIS

LEI N. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

1. Das Disposições Gerais – Capítulo I.....	103
1.1. Conceito de meio ambiente.....	103
1.2. Concurso de pessoas	104
1.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	105
1.4. Teoria da desconsideração da pessoa jurídica	113
2. Da Aplicação da Pena – Capítulo II	113
2.1. Circunstâncias judiciais específicas	113

2.2. Penas restritivas de direitos.....	114
2.2.1. Classificação das penas alternativas.....	114
2.2.2. Classificação das penas alternativas restritivas de direitos	114
2.2.3. Penas restritivas na Lei dos Crimes Ambientais	115
2.2.4. Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos..	115
2.2.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	115
2.2.6. Interdição temporária de direito	116
2.2.7. Suspensão total ou parcial das atividades.....	117
2.2.8. Prestação pecuniária.....	117
2.2.9. Recolhimento domiciliar	118
2.2.10. Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade	119
2.2.11. Tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade resultante de conversão	119
2.3. Das penas aplicáveis à pessoa jurídica.....	120
2.3.1. Das sanções criminais	120
2.3.1.1. Das penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica.....	120
2.3.1.2. Da prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica	121
2.3.2. Da liquidação forçada da pessoa jurídica	121
2.4. Circunstâncias atenuantes específicas	122
2.5. Circunstâncias agravantes específicas	122
2.6. Suspensão condicional da pena	123
2.6.1. <i>Sursis</i> especial na Lei dos Crimes Ambientais	124
2.7. Da pena de multa e a perícia de constatação do dano ambiental.....	125
2.8. Sentença penal condenatória	125
2.9. Princípio da insignificância nos crimes ambientais	125
3. Da Apreensão do Produto e do Instrumento de Infração Administrativa ou de Crime – Capítulo III.....	126
4. Da Ação Penal e do Processo Penal – Capítulo IV	128
4.1. Ação penal.....	128

4.2. Competência	128
4.3. Lei dos Juizados Especiais Criminais	131
4.3.1. Audiência preliminar	131
4.3.2. Suspensão condicional do processo	132
5. Dos Crimes contra o Meio Ambiente – Capítulo V	134
5.1. Comentários ao art. 29	134
5.1.1. Previsão legal	134
5.1.2. Objetividade jurídica	134
5.1.3. Objeto material	135
5.1.4. Condutas típicas	135
5.1.5. Sujeito ativo	136
5.1.6. Sujeito passivo	136
5.1.7. Elementos normativos	136
5.1.7.1. Elemento subjetivo	137
5.1.8. Momento consumativo	137
5.1.9. Tentativa	138
5.1.10. Perdão judicial	138
5.1.11. Espécimes da fauna silvestre	138
5.1.12. Causas de aumento de pena	138
5.1.13. Atos de pesca	140
5.2. Comentários ao art. 30	140
5.2.1. Previsão legal	140
5.2.2. Objetividade jurídica	140
5.2.3. Objeto material	140
5.2.4. Conduta típica	140
5.2.5. Sujeito ativo	141
5.2.6. Sujeito passivo	141
5.2.7. Elemento normativo	141
5.2.8. Elemento subjetivo	141
5.2.9. Momento consumativo	141
5.2.10. Tentativa	141
5.3. Comentários ao art. 31	141
5.3.1. Previsão legal	141
5.3.2. Objetividade jurídica	141
5.3.3. Objeto material	142

5.3.4. Conduta típica.....	142
5.3.5. Sujeito ativo	142
5.3.6. Sujeito passivo.....	142
5.3.7. Elemento normativo.....	142
5.3.8. Elemento subjetivo	142
5.3.9. Momento consumativo	143
5.3.10. Tentativa	143
5.4. Comentários ao art. 32.....	143
5.4.1. Previsão legal.....	143
5.4.2. Objetividade jurídica	143
5.4.3. Objeto material	143
5.4.4. Condutas típicas	143
5.4.5. Sujeito ativo	144
5.4.6. Sujeito passivo.....	144
5.4.7. Elemento normativo.....	144
5.4.8. Elemento subjetivo	144
5.4.9. Momento consumativo	144
5.4.10. Tentativa.....	145
5.4.11. Causa de aumento de pena (§ 2º).....	145
5.5. Comentários ao art. 33.....	145
5.5.1. Previsão legal.....	145
5.5.2. Objetividade jurídica	145
5.5.3. Objeto material	145
5.5.4. Condutas típicas	145
5.5.5. Sujeito ativo	148
5.5.6. Sujeito passivo.....	148
5.5.7. Elementos normativos	148
5.5.8. Elemento subjetivo	148
5.5.9. Momento consumativo	148
5.5.10. Tentativa	148
5.6. Comentários ao art. 34.....	148
5.6.1. Previsão legal.....	148
5.6.2. Objetividade jurídica	149
5.6.3. Objeto material	149
5.6.4. Condutas típicas	149

5.6.5. Sujeito ativo	151
5.6.6. Sujeito passivo.....	152
5.6.7. Elementos normativos	152
5.6.8. Elemento subjetivo	152
5.6.9. Momento consumativo	152
5.6.10. Tentativa	153
5.7. Comentários ao art. 35.....	153
5.7.1. Previsão legal.....	153
5.7.2. Objetividade jurídica	153
5.7.3. Objeto material	153
5.7.4. Condutas típicas	153
5.7.5. Sujeito ativo	154
5.7.6. Sujeito passivo.....	154
5.7.7. Elemento normativo.....	154
5.7.8. Elemento subjetivo	154
5.7.9. Momento consumativo	154
5.7.10. Tentativa	154
5.8. Comentários ao art. 36.....	155
5.9. Comentários ao art. 37.....	155
5.10. Comentários ao art. 38.....	157
5.10.1. Previsão legal.....	157
5.10.2. Noções preliminares	157
5.10.3. Objetividade jurídica	159
5.10.4. Objeto material.....	159
5.10.5. Condutas típicas.....	159
5.10.6. Sujeito ativo.....	159
5.10.7. Sujeito passivo	159
5.10.8. Elemento normativo	159
5.10.9. Elemento subjetivo.....	159
5.10.10. Momento consumativo.....	160
5.10.11. Tentativa	160
5.10.12. Destruição ou danificação de vegetação primária ou secundária.....	160
5.11. Comentários ao art. 39	160
5.11.1. Previsão legal	160
5.11.2. Objetividade jurídica.....	160

5.11.3. Objeto material	160
5.11.4. Conduta típica	161
5.11.5. Sujeito ativo	161
5.11.6. Sujeito passivo	161
5.11.7. Elemento normativo	161
5.11.8. Elemento subjetivo	161
5.11.9. Momento consumativo	161
5.11.10. Tentativa	162
5.12. Comentários ao art. 40	162
5.12.1. Previsão legal	162
5.12.2. Grave equívoco do legislador	163
5.12.3. Unidades de conservação	164
5.12.4. Objetividade jurídica	171
5.12.5. Objeto material	171
5.12.6. Conduta típica	171
5.12.7. Sujeito ativo	172
5.12.8. Sujeito passivo	172
5.12.9. Elemento subjetivo	172
5.12.10. Momento consumativo	172
5.12.11. Tentativa	172
5.12.12. Agravante	172
5.13. Comentários ao art. 41	172
5.13.1. Previsão legal	172
5.13.2. Objetividade jurídica	172
5.13.3. Objeto material	173
5.13.4. Conduta típica	173
5.13.5. Sujeito ativo	173
5.13.6. Sujeito passivo	173
5.13.7. Elemento subjetivo	173
5.13.8. Momento consumativo	173
5.13.9. Tentativa	173
5.14. Comentários ao art. 42	174
5.14.1. Previsão legal	174
5.14.2. Objetividade jurídica	174
5.14.3. Objeto material	174
5.14.4. Condutas típicas	174

5.14.5. Sujeito ativo	175
5.14.6. Sujeito passivo	175
5.14.7. Elementos normativos	175
5.14.8. Elemento subjetivo	175
5.14.9. Momento consumativo	175
5.14.10. Tentativa.....	175
5.15. Comentários ao art. 44	175
5.15.1. Previsão legal	175
5.15.2. Objetividade jurídica.....	175
5.15.3. Objeto material	175
5.15.4. Conduta típica.....	176
5.15.5. Sujeito ativo	177
5.15.6. Sujeito passivo.....	177
5.15.7. Elemento normativo.....	177
5.15.8. Elemento subjetivo	177
5.15.9. Momento consumativo	177
5.15.10. Tentativa	177
5.16. Comentários ao art. 45	177
5.16.1. Previsão legal	177
5.16.2. Objetividade jurídica.....	177
5.16.3. Objeto material	178
5.16.4. Condutas típicas	178
5.16.5. Sujeito ativo	178
5.16.6. Sujeito passivo.....	178
5.16.7. Elementos normativos	178
5.16.8. Elemento subjetivo	178
5.16.9. Momento consumativo	179
5.16.10. Tentativa.....	179
5.17. Comentários ao art. 46	179
5.17.1. Previsão legal	179
5.17.2. Objetividade jurídica.....	179
5.17.3. Objeto material	179
5.17.4. Condutas típicas	180
5.17.5. Sujeito ativo	180
5.17.6. Sujeito passivo.....	180
5.17.7. Elementos normativos	180

5.17.8. Elemento subjetivo	180
5.17.9. Momento consumativo	181
5.17.10. Tentativa.....	181
5.18. Comentários ao art. 48	181
5.18.1. Previsão legal	181
5.18.2. Objetividade jurídica.....	181
5.18.3. Objeto material	181
5.18.4. Condutas típicas	182
5.18.5. Sujeito ativo	182
5.18.6. Sujeito passivo.....	182
5.18.7. Elemento subjetivo	182
5.18.8. Momento consumativo	182
5.18.9. Tentativa.....	183
5.19. Comentários ao art. 49	183
5.19.1. Previsão legal	183
5.19.2. Objetividade jurídica.....	183
5.19.3. Objeto material	183
5.19.4. Condutas típicas	183
5.19.5. Sujeito ativo	184
5.19.6. Sujeito passivo.....	184
5.19.7. Elementos normativos	184
5.19.8. Elemento subjetivo	184
5.19.9. Momento consumativo	184
5.19.10. Tentativa.....	185
5.20. Comentários ao art. 50	185
5.20.1. Previsão legal	185
5.20.2. Objetividade jurídica.....	185
5.20.3. Objeto material	185
5.20.4. Condutas típicas	185
5.20.5. Sujeito ativo	185
5.20.6. Sujeito passivo.....	186
5.20.7. Elemento normativo.....	186
5.20.8. Elemento subjetivo	186
5.20.9. Momento consumativo	186
5.20.10. Tentativa.....	186
5.20.11. Comentário ao art. 50-A.....	186

5.21. Comentários ao art. 51	187
5.21.1. Previsão legal	187
5.21.2. Objetividade jurídica.....	187
5.21.3. Objeto material	187
5.21.4. Condutas típicas	187
5.21.5. Sujeito ativo	187
5.21.6. Sujeito passivo.....	187
5.21.7. Elemento normativo.....	187
5.21.8. Elemento subjetivo	188
5.21.9. Momento consumativo	188
5.21.10. Tentativa.....	188
5.22. Comentários ao art. 52	188
5.22.1. Previsão legal	188
5.22.2. Objetividade jurídica.....	188
5.22.3. Objeto material	188
5.22.4. Conduta típica.....	189
5.22.5. Sujeito ativo	190
5.22.6. Sujeito passivo.....	190
5.22.7. Elemento normativo.....	190
5.22.8. Elemento subjetivo	190
5.22.9. Momento consumativo	190
5.22.10. Tentativa.....	190
5.23. Comentários ao art. 53	191
5.23.1. Previsão legal	191
5.23.2. Comentário	191
5.24. Comentários ao art. 54	193
5.24.1. Previsão legal	193
5.24.2. Noções preliminares.....	193
5.24.3. Conceito geral de poluição	197
5.24.4. Objetividade jurídica.....	197
5.24.5. Objeto material	197
5.24.6. Conduta típica	197
5.24.7. Sujeito ativo	198
5.24.8. Sujeito passivo.....	198
5.24.9. Elementos normativos	198
5.24.10. Elemento subjetivo	198

5.24.11. Momento consumativo	198
5.24.12. Tentativa.....	198
5.24.13. Qualificadoras.....	198
5.25. Comentários ao art. 55	200
5.25.1. Previsão legal	200
5.25.2. Objetividade jurídica.....	201
5.25.3. Objeto material	201
5.25.4. Condutas típicas	201
5.25.5. Sujeito ativo	202
5.25.6. Sujeito passivo.....	202
5.25.7. Elementos normativos	202
5.25.8. Elemento subjetivo	203
5.25.9. Momento consumativo	203
5.25.10. Tentativa.....	203
5.26. Comentários ao art. 56	203
5.26.1. Previsão legal	203
5.26.2. Objetividade jurídica.....	204
5.26.3. Objeto material	204
5.26.4. Condutas típicas	204
5.26.5. Sujeito ativo	205
5.26.6. Sujeito passivo.....	205
5.26.7. Elementos normativos	205
5.26.8. Elemento subjetivo	205
5.26.9. Momento consumativo	205
5.26.10. Tentativa.....	206
5.26.11. Causa de aumento de pena	206
5.27. Comentários ao art. 58	206
5.27.1. Previsão legal	206
5.27.2. Comentários	206
5.28. Comentários ao art. 60	207
5.28.1. Previsão legal	207
5.28.2. Objetividade jurídica.....	207
5.28.3. Objeto material	207
5.28.4. Condutas típicas	208
5.28.5. Sujeito ativo	208
5.28.6. Sujeito passivo.....	208

5.28.7. Elementos normativos	208
5.28.8. Elemento subjetivo	209
5.28.9. Momento consumativo	209
5.28.10. Tentativa.....	209
5.29. Comentários ao art. 61.....	209
5.29.1. Previsão legal	209
5.29.2. Objetividade jurídica.....	210
5.29.3. Objeto material	210
5.29.4. Conduta típica.....	210
5.29.5. Sujeito ativo	210
5.29.6. Elemento normativo.....	210
5.29.7. Elemento subjetivo	211
5.29.8. Momento consumativo	211
5.29.9. Tentativa.....	211
5.30. Comentários ao art. 62	211
5.30.1. Previsão legal	211
5.30.2. Objetividade jurídica.....	211
5.30.3. Objeto material	211
5.30.4. Condutas típicas	212
5.30.5. Sujeito ativo	212
5.30.6. Sujeito passivo.....	212
5.30.7. Elementos normativos	212
5.30.8. Elemento subjetivo	213
5.30.9. Momento consumativo	213
5.30.10. Tentativa.....	213
5.31. Comentários ao art. 63	213
5.31.1. Previsão legal	213
5.31.2. Noções preliminares	213
5.31.3. Objetividade jurídica.....	214
5.31.4. Objeto material	214
5.31.5. Condutas típicas	215
5.31.6. Sujeito ativo	215
5.31.7. Sujeito passivo.....	215
5.31.8. Elementos normativos	215
5.31.9. Elemento subjetivo	215
5.31.10. Momento consumativo	215

5.31.11. Tentativa.....	216
5.32. Comentários ao art. 64.....	216
5.32.1. Previsão legal.....	216
5.32.2. Objetividade jurídica.....	216
5.32.3. Objeto material.....	216
5.32.4. Condutas típicas.....	216
5.32.5. Sujeito ativo.....	216
5.32.6. Sujeito passivo.....	217
5.32.7. Elementos normativos.....	217
5.32.8. Elemento subjetivo.....	217
5.32.9. Momento consumativo.....	217
5.32.10. Tentativa.....	217
5.33. Comentários ao art. 65.....	217
5.33.1. Previsão legal.....	217
5.33.2. Objetividade jurídica.....	217
5.33.3. Objeto material.....	218
5.33.4. Condutas típicas.....	218
5.33.5. Sujeito ativo.....	218
5.33.6. Sujeito passivo.....	218
5.33.7. Elementos normativos.....	219
5.33.8. Elemento subjetivo.....	219
5.33.9. Momento consumativo.....	219
5.33.10. Tentativa.....	219
5.33.11. Causa excludente da tipicidade.....	219
5.34. Comentários ao art. 66.....	219
5.34.1. Previsão legal.....	219
5.34.2. Objetividade jurídica.....	220
5.34.3. Objeto material.....	220
5.34.4. Conduta típica.....	220
5.34.5. Sujeito ativo.....	220
5.34.6. Sujeito passivo.....	220
5.34.7. Elementos normativos.....	221
5.34.8. Elemento subjetivo.....	221
5.34.9. Momento consumativo.....	221
5.34.10. Tentativa.....	221
5.35. Comentários ao art. 67.....	221

5.35.1. Previsão legal	221
5.35.2. Objetividade jurídica.....	222
5.35.3. Objeto material	222
5.35.4. Conduta típica	222
5.35.5. Sujeito ativo	224
5.35.6. Sujeito passivo.....	224
5.35.7. Elementos normativos	224
5.35.8. Elemento subjetivo	224
5.35.9. Momento consumativo	224
5.35.10. Tentativa.....	224
5.36. Comentários ao art. 68	225
5.36.1. Previsão legal	225
5.36.2. Objetividade jurídica.....	225
5.36.3. Objeto material	225
5.36.4. Conduta típica.....	225
5.36.5. Sujeito ativo	225
5.36.6. Sujeito passivo.....	225
5.36.7. Elemento normativo.....	225
5.36.8. Elemento subjetivo	226
5.36.9. Momento consumativo	226
5.36.10. Tentativa.....	226
5.37. Comentários ao art. 69	226
5.37.1. Previsão legal	226
5.37.2. Objetividade jurídica.....	226
5.37.3. Objeto material	226
5.37.4. Conduta típica.....	226
5.37.5. Sujeito ativo	226
5.37.6. Sujeito passivo.....	227
5.37.7. Elementos normativos	227
5.37.8. Elemento subjetivo	227
5.37.9. Momento consumativo	227
5.37.10. Tentativa.....	227
5.37.11. Comentários ao art. 69-A.....	228
6. Infração Administrativa – Capítulo VI – Arts. 70 a 76.....	228
7. Da Cooperação Internacional para a Preservação do Meio Ambiente – Capítulo VII – Arts. 77 e 78.....	230

8. Disposições Finais – Capítulo VIII – Arts. 79, 79-a, 80 e 82.....	231
8.1. Comentários aos arts. 79 e 79-A	231
8.2. Comentários ao art. 80.....	232
8.3. Comentários ao art. 82.....	232

CRIMES HEDIONDOS

LEI N. 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

1. Considerações gerais	233
1.1. Divisão da lei	233
1.2. Princípio da proporcionalidade	234
1.3. Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade.....	235
2. Crimes hediondos – Conceito.....	235
2.1. Critério de classificação.....	235
2.2. Critério legal	236
2.3. Crimes militares.....	238
2.4. Tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo.....	238
3. Comentários ao art. 1º da lei – Crimes constantes do rol legal...	238
3.1. Homicídio simples	238
3.1.1. Homicídio simples e Lei dos Crimes Hediondos	238
3.1.2. Homicídio simples praticado em atividade típica de grupo de extermínio e a aplicação da lei penal no tempo	239
3.1.3. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e competência do Tribunal do Júri.....	241
3.1.4. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e circunstâncias privilegiadas	241
3.1.5. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e causa de aumento de pena	242
3.2. Homicídio qualificado.....	242
3.2.1. Homicídio privilegiado-qualificado.....	243
3.3. Envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal	244
3.4. Latrocínio	244
3.5. Extorsão qualificada pela morte	245
3.6. Extorsão mediante sequestro e na forma qualificada.....	246

3.7. Estupro na forma simples	247
3.7.1. Estupro qualificado	248
3.7.2. Estupro de vulnerável e violência presumida.....	250
3.8. Epidemia com resultado morte	251
3.9. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	252
3.10. Crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	253
3.11. Crime de genocídio	253
3.11.1. Crime de genocídio. Competência	253
3.12. Tráfico ilícito de drogas	255
3.13. Terrorismo.....	255
3.14. Tortura.....	256
3.15. Posse e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	257
4. Comentários ao art. 2º da lei.....	258
4.1. Anistia, graça e indulto. Conceito.....	258
4.1.1. Anistia, graça e indulto. Proibição	259
4.1.2. Comutação de penas	261
4.1.3. Proibição de anistia, graça e indulto. Aplicação da lei penal no tempo	262
4.2. Liberdade provisória	262
4.2.1. Conceito	262
4.2.2. Espécies.....	262
4.2.3. Da vedação da liberdade provisória na antiga redação do inciso II do art. 2º da Lei n. 8.072/90	263
4.2.4. Da abolição da vedação legal da concessão da liberdade provisória pela Lei n. 11.464/2007	266
4.2.5. Liberdade provisória e a Lei n. 11.343/2006	267
4.2.6. Liberdade provisória e o Estatuto do Desarmamento..	268
4.3. Regime de cumprimento de pena.....	268
4.3.1. A questão da constitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.072/90	268
4.3.2. Lei n. 11.464/2007. Da progressão de regime (art. 2º, § 2º).....	273

4.3.3. Lei n. 11.464/2007 e a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97	275
4.3.4. Lei n. 11.464/2007 e Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) .	276
4.3.5. Aplicação da lei penal no tempo. A declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.072/90 e o advento da Lei n. 11.464/2007..	277
4.3.6. Outras questões relativas ao regime de cumprimento de pena.....	280
4.3.6.1. Prisão domiciliar	280
4.3.6.2. Permissão de saída.....	281
4.3.6.3. Saída temporária	282
4.3.6.4. Trabalho externo.....	282
4.3.6.5. <i>Sursis</i> e penas alternativas.....	284
4.4. Apelação em liberdade	286
4.4.1. Apelação em liberdade – art. 594 do CPP (revogado) e art. 2º, § 3º, da Lei n. 8.072/90 (com renumeração determinada pela Lei n. 11.464/2007).....	286
4.4.2. Apelação em liberdade e art. 59 da Lei n. 11.343/2006 ..	290
4.4.3. Aplicação da lei penal no tempo	291
4.5. Prisão temporária.....	291
5. Comentários ao art. 3º da lei – Estabelecimento de segurança máxima	292
6. Comentários ao art. 5º da lei – Livramento condicional.....	293
7. Comentários ao art. 7º da lei – Delação eficaz ou premiada. Causa de diminuição de pena	297
8. Comentários ao art. 8º da lei – Associação criminosa	300
9. Comentários ao art. 9º da lei – Causa de aumento da pena.....	303
9.1. Causa de aumento de pena prevista no art. 9º da Lei n. 8.072 e a revogação dos arts. 214, 223 e 224 do CP	303
10. Comentários ao art. 10 da lei	304

CRIME ORGANIZADO

LEI N. 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

1. Considerações preliminares	305
2. Comentários ao Capítulo I.....	305
2.1. Da definição de ação praticada por organizações criminosas..	305
2.1.1. Âmbito de incidência da lei – Problemas conceituais derivados da primitiva redação	305

2.1.2. Panorama legal após a edição das Leis n. 12.850/2013 e 12.694/2012	307
2.1.3. O conceito de organização criminosa, segundo a Convenção de Palermo	310
2.1.4. O conceito de organização criminosa, segundo a Lei n. 12.694/2012	311
2.1.5. O conceito de organização criminosa segundo a Lei n. 12.850/2013	312
2.1.6. Questões diversas.....	313
2.2. Tipo penal específico de organização criminosa	314
3. Comentários ao Capítulo II.....	317
3.1. Órgãos investigatórios especializados no combate ao crime organizado	317
3.2. Colaboração premiada	317
3.2.1. Momento da colaboração.....	319
3.2.2. <i>Quantum</i> da redução	319
3.2.3. Eficácia da colaboração.....	319
3.2.4. Colaboração e delação.....	319
3.3. Identificação criminal.....	320
3.4. Ação controlada (inciso III).....	321
3.5. Interceptação e gravação ambiental	323
3.6. Infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação ..	324
3.7. Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.....	327
3.8. Progressão de regime	327
3.9. Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova para processar e julgar organizações criminosas.....	328
4. Comentários ao Capítulo III	329
4.1. Das disposições finais	329

CRIMES DE TRÂNSITO

LEI N. 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

1. Considerações preliminares	331
2. Procedimento nos crimes de trânsito.....	331
2.1. Inovações introduzidas pelas Leis n. 11.705/2008 e 12.760/2012	331
3. Conceito de veículo automotor.....	335

4. Permissão ou habilitação para dirigir veículo	336
4.1. Habilitação para dirigir veículo automotor	336
4.2. Permissão para dirigir veículo automotor	336
5. Suspensão ou proibição da permissão ou habilitação para dirigir veículo.....	336
5.1. Conceito. Hipóteses de incidência	336
5.2. Diferenças entre a pena restritiva de direitos prevista no art. 47, III, do CP e a nova penalidade prevista no Código de Trânsito.....	337
5.3. Caráter não substitutivo – Cumulação com pena privativa de liberdade	338
5.4. Impossibilidade de cumulação com a suspensão da habilitação prevista no Código Penal.....	339
5.5. Impossibilidade de aplicação da suspensão da habilitação prevista no Código Penal também aos demais crimes do Código de Trânsito Brasileiro	339
5.6. Revogação da pena prevista no Código Penal.....	340
5.7. Aplicação cumulativa de pena privativa de liberdade e suspensão ou proibição para dirigir veículo.....	340
5.8. Efeito extrapenal da condenação	340
5.9. Inexistência de <i>bis in idem</i>	340
5.10. Forma de aplicação da nova pena de suspensão ou proibição.	341
5.11. Execução da pena de suspensão ou proibição de dirigir	341
5.12. Suspensão ou proibição cautelar.....	341
5.13. Comunicação da suspensão ou proibição às autoridades administrativas.....	342
5.14. Reincidência específica.....	342
5.15. Efeitos da reincidência específica	342
6. Multa reparatória	343
6.1. Enfoque criminológico.....	343
6.2. Multa reparatória no Código de Trânsito	343
7. Agravantes genéricas.....	346
8. Prisão em flagrante e fiança	348
9. Dos crimes em espécie	349
9.1. Homicídio e lesão culposa na direção de veículo (arts. 302 e 303).....	349
9.1.1. Previsão legal.....	349

9.1.2. Introdução	350
9.1.3. Objetividade jurídica	350
9.1.4. Tipo objetivo.....	351
9.1.5. Princípio da confiança	353
9.1.6. Lesão culposa.....	354
9.1.7. Consumação e tentativa	354
9.1.8. Perdão judicial	355
9.1.9. Reparação do dano.....	356
9.1.10. Concurso de crimes e absorção	356
9.1.11. Concurso de pessoas em crime culposo	358
9.1.12. Jurisprudência.....	358
9.1.13. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	359
9.1.14. Causas de aumento de pena	359
9.1.15. Lesão corporal culposa e princípio da insignificância ..	364
9.1.16. Crime qualificado	365
9.2. Omissão de socorro (art. 304).....	366
9.2.1. Previsão legal	366
9.2.2. Objetividade jurídica	366
9.2.3. Sujeito ativo	366
9.2.4. Sujeito passivo.....	367
9.2.5. Tipo objetivo.....	367
9.2.6. Consumação. Tentativa.....	368
9.2.7. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	368
9.2.8. Comentários ao parágrafo único do art. 304 do CTB ..	368
9.3. Fuga do local do acidente (art. 305).....	369
9.3.1. Previsão legal	369
9.3.2. Introdução	369
9.3.3. Objetividade jurídica	370
9.3.4. Sujeito ativo	370
9.3.5. Sujeito passivo.....	371
9.3.6. Tipo objetivo.....	371
9.3.7. Consumação. Tentativa.....	371
9.3.8. Concurso.....	371
9.3.9. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	372
9.4. Embriaguez ao volante.....	372
9.4.1. Previsão legal.....	372

9.4.2. Introdução	373
9.4.3. Objetividade jurídica	373
9.4.4. Sujeito ativo	375
9.4.5. Sujeito passivo.....	375
9.4.6. Tipo objetivo.....	375
9.4.7. Embriaguez ao volante e infração administrativa.....	377
9.4.8. Consumação. Tentativa.....	378
9.4.9. Elemento subjetivo	378
9.4.10. Concurso	378
9.4.11. Ação penal. Lei n. 9.099/95	379
9.5. Violação da suspensão ou proibição imposta	379
9.5.1. Previsão legal	379
9.5.2. Introdução	379
9.5.3. Objetividade jurídica	380
9.5.4. Tipo objetivo.....	380
9.5.5. Sujeito ativo	380
9.5.6. Sujeito passivo.....	380
9.5.7. Consumação. Tentativa.....	381
9.5.8. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	381
9.6. Omissão na entrega da permissão ou habilitação.....	381
9.6.1. Previsão legal	381
9.6.2. Introdução	381
9.6.3. Objetividade jurídica	381
9.6.4. Sujeito ativo	382
9.6.5. Sujeito passivo.....	382
9.6.6. Consumação. Tentativa.....	382
9.6.7. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	382
9.7. Participação em competição não autorizada.....	382
9.7.1. Previsão legal	382
9.7.2. Introdução	382
9.7.3. Objetividade jurídica	383
9.7.4. Sujeito ativo	383
9.7.5. Sujeito passivo.....	383
9.7.6. Tipo objetivo.....	383
9.7.7. Consumação. Tentativa.....	384
9.7.8. Elemento subjetivo	384

9.7.9. Qualificadoras.....	384
9.7.10. Concurso.....	385
9.7.11. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	385
9.8. Direção de veículo sem permissão ou habilitação	386
9.8.1. Previsão legal.....	386
9.8.2. Introdução	386
9.8.3. Tipo objetivo.....	386
9.8.4. Sujeito ativo	391
9.8.5. Sujeito passivo.....	392
9.8.6. Consumação. Tentativa.....	392
9.8.7. Elemento subjetivo	392
9.8.8. Absorção	392
9.8.9. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	392
9.9. Entrega de veículo a pessoa não habilitada.....	393
9.9.1. Previsão legal	393
9.9.2. Introdução	393
9.9.3. Objetividade jurídica	393
9.9.4. Tipo objetivo.....	393
9.9.5. Sujeito ativo	394
9.9.6. Sujeito passivo.....	394
9.9.7. Consumação.....	394
9.9.8. Tentativa	395
9.9.9. Absorção	395
9.9.10. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	395
9.10. Excesso de velocidade em determinados locais	395
9.10.1. Previsão legal	395
9.10.2. Introdução.....	396
9.10.3. Objetividade jurídica.....	396
9.10.4. Tipo objetivo.....	397
9.10.5. Sujeito ativo.....	397
9.10.6. Sujeito passivo	397
9.10.7. Elemento subjetivo	397
9.10.8. Consumação. Tentativa.....	397
9.10.9. Absorção	398
9.10.10. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	398
9.11. Fraude no procedimento apuratório.....	398

9.11.1. Previsão legal	398
9.11.2. Introdução.....	398
9.11.3. Objetividade jurídica.....	398
9.11.4. Tipo objetivo.....	398
9.11.5. Elemento subjetivo	399
9.11.6. Consumação. Tentativa.....	399
9.11.7. Ação penal. Lei n. 9.099/95.....	399
9.12. Penas restritivas de direitos nos crimes de trânsito.....	399

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

LEI N. 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

1. Introdução	401
2. Aspectos gerais dos crimes previstos no Capítulo IV	402
2.1. Objetividade jurídica	402
2.2. Competência	402
2.3. Infrações de perigo	404
2.4. Classificação.....	408
2.5. Objeto material	410
2.5.1. Arma de fogo	410
2.5.2. Acessório e munição	414
2.5.3. Brinquedo, réplicas e simulacros de armas de fogo....	417
3. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12)	419
3.1. Conceito	419
3.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	420
3.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	420
3.4. Tipo objetivo	426
3.5. Em desacordo com determinação legal ou regulamentar....	426
3.6. No interior da própria residência ou local de trabalho	427
3.7. Objeto material	427
3.8. Arma de fogo e prova pericial.....	427
3.9. Sujeito ativo	428
3.10. Sujeito passivo.....	428
3.11. Elemento subjetivo.....	428
3.12. Tentativa	428
3.13. Posse e porte de arma de fogo.....	428

3.14. Arma de fogo levada a registro depois de superado o prazo legal para regularização	429
3.15. Posse de arma de fogo e faculdade legal de entregá-la à autoridade competente	429
3.16. Posse de arma de fogo cujo registro de propriedade foi expedido por órgãos estaduais nos termos da Lei n. 9.437/97 e seu Regulamento.....	429
3.17. Pena.....	430
3.18. Fiança.....	430
4. Omissão de cautela (art. 13).....	430
4.1. Conceito	430
4.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	430
4.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	431
4.4. Objetividade jurídica	431
4.5. Infração de perigo	432
4.6. Classificação.....	433
4.7. Imprudência.....	434
4.8. Tentativa	434
4.9. Sujeito ativo	434
4.10. Sujeito passivo	434
4.11. Incoerência do legislador superada pela nova lei	434
4.12. Lei n. 9.437/97 e art. 19, § 2º, c, da LCP	435
4.13. Contravenção ainda em vigor	435
4.14. Munição	436
4.15. Acessório.....	436
4.16. Prática de desporto.....	436
4.17. Deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal o extravio de arma de fogo, acessório ou munição	437
4.18. Objeto material.....	438
4.19. Sujeito ativo.....	438
4.20. Consumação	438
4.21. Tentativa.....	438
4.22. Pena.....	438
4.23. Fiança.....	439
5. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14)	439

5.1. Conceito	439
5.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	439
5.3. Aplicação da lei penal no tempo	440
5.4. Tipo objetivo	441
5.5. Condutas típicas do art. 14 reproduzidas no art. 17 da Lei: adquirir, receber, ter em depósito, transportar, ceder não gratuitamente (vender) ou ocultar	442
5.6. Objeto material	443
5.7. Sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar	443
5.8. Tentativa	443
5.9. Prática da mesma conduta (portar, deter, remeter etc.) envolvendo mais de uma arma	443
5.10. Art. 19 da LCP e Lei n. 10.826/2003	443
5.11. Portar	444
5.12. Prorrogação das autorizações para porte	444
5.13. Porte e transporte	445
5.14. Manter sob guarda	446
5.15. Adquirir, receber, transportar ou ocultar arma de fogo, acessório ou munições, de uso permitido, e o delito de receptação	446
5.16. Empregar	447
5.17. Emprego de arma de fogo e o porte anterior	448
5.18. Legítima defesa e porte ilegal de arma de fogo	448
5.19. Temor de assaltos	449
5.20. Causa de aumento de pena	449
5.21. Fiança	449
6. Disparo de arma de fogo (art. 15)	450
6.1. Conceito	450
6.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	450
6.3. Aplicação da lei penal no tempo	450
6.4. Objetividade jurídica	450
6.5. Tipo objetivo	451
6.6. Munição	451
6.7. Sujeito ativo	451
6.8. Sujeito passivo	451

6.9. Elemento subjetivo.....	451
6.10. Tentativa.....	451
6.11. Disparo de arma de fogo e o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (arts. 12 e 14).....	451
6.12. Disparo de arma de fogo e o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito ou proibido.....	452
6.13. Disparo de arma de fogo e concurso de crimes.....	454
6.14. Número de disparos.....	454
6.15. Horário do disparo.....	454
6.16. Disparo em local ermo.....	454
6.17. Acionar munição.....	454
6.18. Artefatos explosivos e incendiários.....	454
6.19. Queimar fogos de artifício e soltar balão aceso.....	455
6.20. Lei n. 10.826/2003 e o princípio da subsidiariedade no crime de disparo de arma de fogo.....	455
6.21. Causa de aumento de pena.....	460
6.22. Fiança.....	460
7. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16)...	461
7.1. Conceito.....	461
7.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003.....	461
7.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	462
7.4. Tipo objetivo.....	463
7.5. Condutas típicas do art. 16 reproduzidas no art. 17 da lei: adquirir, receber, ter em depósito, transportar, ceder não gratuitamente (vender) ou ocultar.....	464
7.6. Objeto material.....	465
7.7. Sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.....	465
7.8. Tentativa.....	465
7.9. Prática da mesma conduta (portar, deter, remeter etc.) envolvendo mais de uma arma.....	465
7.10. A questão da derrogação do art. 19 da LCP.....	465
7.11. Posse e porte.....	465
7.12. Porte e transporte.....	466
7.13. Disparo de arma de fogo e o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 16, <i>caput</i>). 466	

7.14. Adquirir, receber, transportar ou ocultar arma de fogo, acessório ou munições, de uso restrito ou proibido, e o delito de receptação	466
7.15. Fornecimento ou cessão, ainda que gratuita, de arma de fogo de uso proibido ou restrito a maior de idade	467
7.16. Venda de arma de fogo de uso proibido ou restrito, no exercício de atividade comercial ou industrial, a maior ou menor de idade	467
7.17. Venda, entrega ou fornecimento, ainda que gratuito, de arma de fogo de uso proibido ou restrito, a criança ou adolescente	467
7.18. Incongruências da nova lei	467
7.19. Empregar	467
7.20. Legítima defesa e porte ilegal de arma de fogo.....	468
7.21. Temor de assaltos	469
7.22. Causa de aumento de pena.....	469
7.23. Liberdade provisória	469
7.24. Contrabando e descaminho.....	469
7.25. Sanção penal	470
8. Figuras equiparadas (art. 16, parágrafo único)	470
8.1. Conceito	470
8.2. Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	470
8.3. Figuras equiparadas e objeto material	472
8.4. Supressão ou alteração de identificação de arma de fogo ou artefato	472
8.5. Transformação em arma de fogo de uso restrito	474
8.6. Modificação das características da arma de fogo para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz.....	475
8.7. Posse, detenção, fabrico ou emprego de artefato explosivo ou incendiário.....	476
8.8. Porte, posse, aquisição, transporte ou fornecimento de arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado	477
8.9. Venda, entrega ou fornecimento, ainda que gratuito, de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente, e a questão da revogação do art. 242 do ECA ..	478

8.10. Produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo	485
8.11. Causa de aumento de pena.....	486
8.12. Liberdade provisória	486
9. Comércio ilegal de arma de fogo (art. 17).....	486
9.1. Conceito	486
9.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	486
9.3. Aplicação da lei penal no tempo	488
9.4. Art. 18 da LCP.....	489
9.5. Tipo objetivo	489
9.6. Exercício de atividade comercial ou industrial.....	490
9.7. Condutas típicas dos arts. 14 e 16 reproduzidas no art. 17 da lei: adquirir, receber, ter em depósito, transportar, ceder não gratuitamente (vender) ou ocultar	492
9.8. Posse ou porte de arma de fogo, acessório ou munição destinados ao comércio	493
9.9. Conduzir e transportar	494
9.10. Desmontar, montar, remontar arma de fogo, acessório ou munição, sem que o agente se encontre no exercício de atividade comercial ou industrial	494
9.11. Adulterar	494
9.12. De qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição.....	495
9.13. Objeto material	495
9.14. Sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.....	495
9.15. Sujeito ativo	496
9.16. Elemento subjetivo.....	496
9.17. Tentativa	496
9.18. Comércio ilegal de arma de fogo, acessório ou munição e o delito de receptação	496
9.19. Tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição	497
9.20. Venda de arma de fogo, acessório ou munição, a criança ou adolescente	497
9.21. Causas de aumento de pena.....	497
9.22. Liberdade provisória	498

10. Tráfico internacional de arma de fogo (art. 18).....	498
10.1. Conceito.....	498
10.2. Comparação entre as Leis n. 9.437/97 e 10.826/2003	498
10.3. Aplicação da lei penal no tempo.....	500
10.4. Ações nucleares.....	500
10.5. Objeto material.....	501
10.6. Sem autorização da autoridade competente	501
10.7. Consumação	501
10.8. Tentativa	502
10.9. Elemento subjetivo.....	502
10.10. Tráfico doméstico	502
10.11. Exercício de atividade comercial ou industrial.....	502
10.12. Tráfico internacional de artefato explosivo ou incendiário .	503
10.13. Crime de contrabando ou descaminho (CP, art. 334)	503
10.14. Facilitação de contrabando ou descaminho (CP, art. 318) ..	505
10.15. Causas de aumento de pena	505
10.16. Liberdade provisória	506
10.17. Competência	506
11. Causas de aumento de pena (arts. 19 e 20)	506
11.1. Arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito ou proibido	506
11.2. Crimes cometidos por integrantes dos órgãos e das empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º da lei.....	506
12. Liberdade provisória (art. 21)	508
13. Apreensão da arma de fogo, acessório ou munição (art. 25)	512
14. Comércio de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo (art. 26)	515
15. Armas de fogo sem registro. Dever legal de regularização (art. 30).....	516
16. Armas de fogo adquiridas regularmente nos termos da Lei n. 10.826/2003. Entrega à autoridade policial	516
17. Posse de arma de fogo e faculdade legal de entregá-la à autoridade competente (art. 32).....	516
18. Autorizações de porte de armas de fogo concedidas nos termos da Lei n. 10.826/2003. Expiração do prazo de validade	516

19. Comercialização de arma de fogo e munição	517
20. Referendo popular	517
21. Revogação da Lei n. 9.437/97	518
22. Vigência da Lei n. 10.826/2003.....	519
23. Recentes alterações no Estatuto do Desarmamento.....	519

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

LEI N. 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

1. Introdução	521
2. Objeto. Conceito	523
2.1. Comunicação por carta e telegráfica	523
2.2. Comunicações telefônicas	524
2.3. Comunicações em sistema de informática e telemática	525
2.4. Interceptação. Conceito	527
2.5. Interceptação e gravação ambiental	529
2.6. Sigilo de dados telefônicos.....	530
3. Lei n. 9.296/96 – Aspectos processuais	532
3.1. Requisitos legais para a concessão da quebra do sigilo telefônico.....	533
3.2. Procedimento para a interceptação	537
3.3. Eficácia objetiva da autorização	547
3.4. Prova emprestada.....	550
3.5. Valor da prova	551
4. Lei n. 9.296/96 – Aspectos penais	552
4.1. Comentários ao art. 10 da Lei n. 9.296/96	552
4.1.1. Conceito.....	552
4.1.2. Objeto jurídico	552
4.1.3. Ação nuclear.....	552
4.1.4. Sujeito ativo	553
4.1.5. Sujeito passivo.....	554
4.1.6. Elemento subjetivo	554
4.1.7. Consumação.....	554
4.1.8. Tentativa	555
4.2. A questão da revogação ou não da parte final do inciso II do § 1º do art. 151 do CP	555
5. Das provas obtidas por meios ilícitos – art. 5º, LVI, da CF	556

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

LEI N. 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

1. Introdução	571
2. Âmbito de incidência.....	574
2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo	574
2.2. Regras especiais	575
3. Disposições gerais.....	581
4. Fase preliminar e transação penal.....	584
5. Procedimento sumaríssimo	595
6. Suspensão condicional do processo	603
7. Questões finais	614
7.1. Representação do ofendido.....	614
7.2. Providência cautelar	616
7.3. Classificação jurídica do fato	617
7.4. Tribunal do Júri	619
7.5. Aplicação da lei penal no tempo.....	622
7.6. Juizados itinerantes.....	624

LAVAGEM DE DINHEIRO

LEI N. 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

1. Considerações preliminares	625
1.1. Fases da lavagem de dinheiro	626
1.2. Legislação em vigor	628
2. Objeto jurídico	628
3. Objeto material	629
4. Tipos penais	630
4.1. Modalidades típicas	630
4.1.1. Infração penal antecedente	632
4.1.2. Infração penal antecedente e a previsão do art. 2º, § 1º..	632
4.1.3. Crime antecedente e a previsão do art. 2º, II, da lei....	633
5. Causa de aumento de pena	634
6. Delação premiada	634
7. Competência	635
8. Citação. A questão do art. 366 do CPP	636
9. Fiança e liberdade provisória	636

10. Medidas assecuratórias	637
11. Ação controlada.....	639
12. Efeitos da condenação	639
13. Disposições administrativas.....	639

SONEGAÇÃO FISCAL

LEI N. 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

1. Considerações gerais	641
2. Dos crimes – Comentários gerais	642
2.1. Ilícito administrativo e ilícito penal	642
2.2. Evasão fiscal e elisão fiscal	645
2.3. Tributos e contribuição social.....	646
2.4. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	646
2.5. Responsabilidade penal objetiva	649
2.6. Princípio da insignificância.....	651
2.7. Traição benéfica	652
2.8. Acordo de leniência	652
2.9. Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo. Parcelamento do débito tributário.....	653
2.10. Causas especiais de aumento de pena	657
2.11. Ação penal.....	657
2.12. Processo administrativo-fiscal e propositura da ação penal pelo Ministério Público	657
2.13. Competência	665
2.14. Sigilo bancário	665
2.15. Sigilo bancário e Ministério Público.....	665
2.16. Sigilo fiscal	665
2.17. Prisão. Liberdade provisória	665
2.18. Crimes contra a ordem tributária. Divisão.....	666
3. Comentários aos crimes previstos no art. 1º.....	666
3.1. Considerações gerais	666
3.1.1. Condutas típicas	666
3.1.2. Natureza jurídica.....	666
3.1.3. Sujeito ativo	667
3.1.4. Sujeito passivo.....	667
3.1.5. Objetividade jurídica	667

3.1.6. Elemento subjetivo	667
3.1.7. Consumação e tentativa	668
3.1.8. Pena	668
3.2. Condutas previstas nos incisos I a V do art. 1º	668
3.2.1. Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias (inciso I)	668
3.2.2. Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal (inciso II)	669
3.2.3. Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda ou qualquer documento relativo à operação tributável (inciso III)	671
3.2.4. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato (inciso IV)	672
3.2.5. Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizado, ou fornecê-lo em desacordo com a legislação (inciso V)	673
3.2.6. Figura equiparada	674
4. Comentários aos crimes previstos no art. 2º	676
4.1. Considerações gerais	676
4.1.1. Natureza jurídica	676
4.1.2. Pena	676
4.2. Condutas previstas nos incisos I a V do art. 2º da lei	677
4.2.1. Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento do tributo (inciso I)	677
4.2.2. Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (inciso II)	678
4.2.3. Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer porcentagem sobre a parcela	

dedutível ou deduzida de imposto ou contribuição como incentivo fiscal (inciso III)	679
4.2.4. Deixar de aplicar ou aplicar irregularmente incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por entidade de desenvolvimento (inciso IV).....	680
4.2.5. Utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação diversa da fornecida à Fazenda Pública (inciso V).....	680
5. Comentários aos crimes previstos no art. 3º.....	680
5.1. Considerações gerais	680
5.2. Sujeito ativo	681
5.3. Condutas previstas nos incisos I a III do art. 3º da lei	681
5.3.1. Extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha guarda em razão da função; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social (inciso I)	681
5.3.2. Exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função, mesmo que fora dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los indevidamente (inciso II)	682
5.3.3. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Fazendária valendo-se da qualidade de funcionário público (inciso III).....	683
6. Concurso de crimes	683

TERRORISMO

LEI N. 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016

1. Terrorismo no direito internacional	685
2. Terrorismo no direito pátrio	689
3. Objetividade jurídica	690
4. Sujeito ativo	691
5. Sujeito passivo.....	691
6. Causa de aumento de pena	691

7. Competência	692
8. Ação penal.....	692
9. Imprescritibilidade.....	692
10. Terrorismo e lei dos crimes hediondos	692
11. Prisão temporária	692
12. Aplicação da lei das organizações criminosas.....	693
13. Das medidas assecuratórias	693
14. Da administração dos bens.....	694
15. Dos bens localizados no estrangeiro	694

TORTURA

LEI N. 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997

1. Considerações iniciais	695
2. Tortura. Aspectos penais	697
3. Crimes de tortura	700
3.1. Comentários ao art. 1º, I, da Lei.....	700
3.1.1. Conceito	700
3.1.2. Objetividade jurídica	701
3.1.3. Tipo objetivo.....	701
3.1.4. Sujeito ativo	703
3.1.5. Sujeito passivo.....	704
3.1.6. Consumação.....	704
3.1.7. Tentativa	704
3.1.8. Desistência voluntária	705
3.1.9. Arrependimento eficaz.....	705
3.1.10. Elemento subjetivo	705
3.1.11. Inexigibilidade de conduta diversa.....	707
3.2. Comentários ao art. 1º, II, da lei.....	709
3.2.1. Conceito	709
3.2.2. Objetividade jurídica	709
3.2.3. Tipo objetivo.....	709
3.2.4. Sujeito ativo	709
3.2.5. Sujeito passivo.....	710
3.2.6. Tortura-castigo e maus-tratos (art. 136 do CP).....	710
3.2.7. Consumação e tentativa	710
3.2.8. Elemento subjetivo	711

3.3. Comentários ao art. 1º, § 1º, da Lei. Figura equiparada.....	711
3.3.1. Conceito	711
3.3.2. Objetividade jurídica	712
3.3.3. Tipo objetivo.....	712
3.3.4. Sujeito ativo	712
3.3.5. Sujeito passivo.....	712
3.3.6. Consumação e tentativa	712
3.3.7. Elemento subjetivo	713
3.4. Comentários ao art. 1º, § 2º, da lei. Responsabilidade do omitente.....	713
3.4.1. Conceito	713
3.4.2. Tipo objetivo.....	713
3.4.3. Sujeito ativo	715
3.4.4. Consumação e tentativa	715
3.4.5. Elemento subjetivo	716
3.4.6. Pena. Regime de cumprimento de pena	716
3.5. Qualificadora – art. 1º, § 3º, da lei.....	716
3.6. Causa de aumento de pena – art. 1º, § 4º, da lei.....	717
3.7. Ação penal.....	719
4. Progressão de regime	719
5. Efeitos da condenação	721
6. Graça e anistia. Fiança	721
7. Extraterritorialidade	723
8. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004)	724

DROGAS

LEI N. 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

1. Legislação.....	726
1.1. Entrada em vigor da Lei n. 11.343/2006.....	726
1.2. Âmbito de aplicação e objeto da Lei n. 11.343/2006	726
2. Parte penal – Dos crimes e das penas	726
2.1. Do usuário.....	726
2.2. Do tráfico.....	739
2.3. Do tráfico. Condutas equiparadas	750
2.3.1. Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas (§ 1º, I)	751

2.3.2. Semeadura, cultivo ou colheita de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas.....	753
2.3.3. Utilização indevida de local ou bem de qualquer natureza ou consentimento para que outrem dele se utilize para o fim de tráfico de drogas.....	754
2.4. Induzimento, instigação ou auxílio ao uso indevido de droga.....	756
2.5. Incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico ilícito de drogas.....	758
2.6. Cessão gratuita e eventual de droga.....	758
2.7. Causa de diminuição de pena – art. 33, § 4º.....	760
2.7.1. Da inconstitucionalidade do benefício.....	763
2.7.2. Tráfico privilegiado hediondo.....	765
2.8. Tráfico de maquinário.....	765
2.9. Associação criminosa.....	768
2.10. Financiamento ou custeamento do tráfico ilícito de drogas ou maquinários.....	771
2.11. Colaboração como informante.....	774
2.12. Prescrever ou ministrar culposamente em excesso ou irregularmente.....	774
2.13. Violação de sigilo.....	777
2.14. Condução de embarcação ou aeronave após consumo de drogas.....	777
2.15. Causas de aumento de pena.....	778
2.16. Delação eficaz.....	783
2.17. Do critério de fixação da pena.....	784
2.18. Dos benefícios legais.....	785
2.19. Da redução ou isenção da pena.....	785
3. Da investigação e do procedimento penal.....	786
4. Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado....	795
5. Das disposições finais e transitórias.....	799
5.1. Conceito de droga.....	799
5.2. Incentivos fiscais.....	803
5.3. Da falência ou liquidação extrajudicial de empresas ou estabelecimentos hospitalares.....	803

5.4. Competência	804
5.5. Destruição de drogas em processo já encerrado	806
6. Questões diversas.....	807
6.1. Convenções Internacionais	807
6.2. Lei do abate ou destruição de aeronaves	808

TRÁFICO DE PESSOAS

LEI N. 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

1. Legislação.....	809
1.1. Entrada em vigor da Lei n. 13.344/2016	809
1.2. Âmbito de aplicação e objeto da Lei n. 13.344/2016	809
2. Princípios e diretrizes.....	809
3. Da prevenção ao tráfico de pessoas.....	811
4. Da repressão ao tráfico de pessoas.....	811
5. Da proteção e da assistência às vítimas	811
6. Disposições processuais.....	812
7. Das alterações do Código Penal	814
7.1. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual e Lei de Lavagem de Dinheiro	816
7.2. Objeto jurídico	818
7.3. Elementos do tipo.....	818
7.4. Elemento subjetivo	819
7.5. Consumação e tentativa	819
7.6. Formas	820
7.7. Competência	820
8. Das campanhas relacionadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.....	821
<i>Bibliografia</i>	823